

CULTURA E EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DOS PROCESSOS DA VINCULAÇÃO SEGURA E DA PARENTALIDADE POSITIVA

Olívia de Carvalho¹

Marina Fuertes²

Carina Santa-Bárbara³

“Quando as raízes são profundas não há razão para temer o vento”

Provérbio Chinês

Resumo

Para transportar os bebés, recorre-se, desde há muitas décadas, no mundo moderno, a meios auxiliares, abandonando práticas ancestrais do transporte junto ao corpo. Contudo, em sociedades industrializadas e desenvolvidas, o transporte corporal dos bebés, como alternativa ao carrinho, parece estar a ser reintroduzido. A abordagem ecológica à parentalidade, desenvolvida originariamente por Bronfenbrenner e Morris (1998), defende que, a forma como os pais lidam com as suas responsabilidades parentais se encontra associada aos recursos de que dispõem, para além das suas capacidades e características. Sameroff e Fiese (2000) postularam que a qualidade interativa diádica decorre de fatores individuais, interacionais e sociais - como membros de uma comunidade com as suas redes sociais, normas, valores e atitudes próprias - e é influenciada pelos seus diferentes contextos e as suas inter-relações meios auxiliares. Torna-se, por isso, importante conhecer a cultura, as políticas e as práticas, em Angola, no campo da infância, desde a aplicação da Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC), tratado internacional assinado pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola, até às medidas legislativas, de forma a enquadrar o nosso interesse em estudar os efeitos do transporte dos bebés nas costas no contexto cultural em que essa proximidade ocorre, avaliando a qualidade da interação mãe-filho(a), em díades com transporte corporal (junto às costas) e comparando com díades no

¹ Universidade Portucalese Infante D. Henrique, Porto/Instituto de Estudos Superiores de Fafe/Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPES/Instituto Jurídico Portucalese - IJP,. Contacto: olivia@upt.pt

² Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa/Universidade do Porto - Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Contato: marinaf@eselx.ipl.pt

³ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. Contato: carinasb84@gmail.com

qual os bebés são transportados junto ao peito, no colo, ou em carrinhos. Gostaríamos, também, de conhecer quais os aspetos específicos da relação mãe-filho que estão associados ao transporte corporal. O contacto, o afeto e a proximidade materna podem ser o contexto relacional no qual a criança se sente segura e recebida dando início ao estabelecimento da vinculação. Segundo Bowlby (1969), o estabelecimento de relações de vinculação é, em si, um fenómeno normativo e universal na espécie humana, embora a vinculação tenha de ser entendida de forma sistémica, resultado de múltiplos fatores e interações (Cassidy, 2008). Importante referir que os estudos parecem indicar que o transporte corporal é preferencial ao transporte.

Palavras-chave: educação, cultura, transporte de crianças, vinculação, parentalidade positiva.

To transport the babies, it has been used, for many decades, in the modern world, to the auxiliary means, abandoning ancestral practices of the transport next to the body. However, in industrialized and developed societies, the baby's body transport, as an alternative to the stroller, seems to be being reintroduced. The ecological approach to parenting, originally developed by Bronfenbrenner & Morris (1998), argues that the way parents deal with their parental responsibilities is associated with the resources they have, beyond their capabilities and characteristics. Sameroff and Fiese (2000) postulated that dyadic interactive quality stems from individual, interactional and social factors - as members of a community with their own social networks, norms, values and attitudes - and is influenced by their different contexts and their interrelations -relevant means. It is therefore important to know the culture, policies and practices in Angola in the field of childhood, since the implementation of the Convention on the Rights of the Child (CRC), an international treaty signed by the General Assembly at the United Nations, on 20 November 1989 and ratified by Angola, to legislative measures, in order to our interest in studying the effects of infant carriage on the back in the cultural context in which this proximity occurs, assessing the quality of mother-child interaction (a), in dyads with body transport (near the back) and comparing with dyads in which Babies are transported to the chest, on the lap, or in pushchairs. We would also like to know what specific aspects of the mother-child relationship are associated with bodily transportation. Contact, affection, and maternal closeness may be the relational context in which the child feels secure and received, initiating the establishment of attachment. According to Bowlby (1969), the establishment of linkage relationships is itself a normative and universal phenomenon in the human species, although linkage has to be understood systemically as a

result of multiple factors and interactions (Cassidy, 2008). It is important to mention that the studies seem to indicate that the corporal transport is preferential to the transport.

Keywords: education, culture, transportation of children, attachment, positive parenting.

Introdução

Não podemos perspetivar a cultura e a educação sem tomar em conta a teoria criada por Bronfenbrenner. A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento privilegia os aspetos saudáveis do desenvolvimento, os estudos realizados em ambientes naturais e a análise da participação da pessoa focalizada no maior número possível de ambientes e em contato com diferentes pessoas. (Bronfenbrenner, 1998). O autor defende a fórmula: $D=f(PE)$, segundo o qual o desenvolvimento (D) é uma função conjunta da pessoa (P) e do ambiente (E). O desenvolvimento é definido como um conjunto de processos, através dos quais as propriedades da pessoa e do ambiente interagem, para produzir estabilidade e mudança nas características da pessoa ao longo do curso da vida. (Bronfenbrenner, 1986).

Na perspetiva ecológica e sistémica, a família é vista como um sistema dinâmico de relações interpessoais recíprocas, enquadrada e aberta aos múltiplos fatores de influência, muito sensível à qualidade dos contextos nos quais a vida familiar se desenvolve.

O ambiente social influencia o exercício da parentalidade, incluindo o contexto cultural/social (Belsky, 1984). A abordagem ecológica à parentalidade, desenvolvida originariamente por Bronfenbrenner e Morris (1998), defende que, a forma como os pais lidam com as suas responsabilidades parentais se encontra associada aos recursos de que dispõem, para além das suas capacidades e características.

Perante estes desafios, a família necessita de comunidades sensíveis e bem coesas que a ajudem a fortalecer para que possam levar a cabo o seu importante trabalho numa sociedade dinâmica e em mudança.

A Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC), tratado internacional assinado pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola, proclama, no artigo 3º, que “*os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.*” Também no seu artigo 5º, indica que os “Estados Partes assegura, na máxima medida possível, a

sobrevivência e o desenvolvimento da Criança”. No preâmbulo é referida a responsabilidade fundamental da família, no que diz respeito aos cuidados e proteção, reafirmando a necessidade de proteção jurídica e não jurídica da criança, antes e após o nascimento, e a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança.

Cultura, Políticas e Medidas

A Constituição da República de Angola (2010), reconhece a criança como absoluta prioridade do Estado e das famílias e a aprovação da Lei 25/12 sobre o Desenvolvimento Integral da Criança (Angola, 2012), constitui, neste enquadramento, uma recente conquista. Esta medida legislativa torna-se muito importante, atendendo a que o desenvolvimento da criança se encontra dependente dos cuidados que a sociedade lhe proporciona. Nesse sentido, é missão, e dever, das instituições académicas do ensino superior contribuir, com a produção científica - através da investigação - para a criação de políticas que vão ao encontro do superior interesse da criança, entendido, na Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (2012), como “tudo o que concorra para a defesa e salvaguarda da sua integridade, manutenção e desenvolvimento harmonioso”.

Os “11 compromissos com a criança” incluem a (i) Identificação de instituições académicas (Universidades /Institutos) para a realização de estudos sobre a situação da criança. É certo que o trabalho dos investigadores e dos professores pode proporcionar uma importante contribuição para traduzir, em ações, de maneira efetiva, as prioridades e políticas-chave definidas pelo Governo.

O atual quadro legal faz de Angola, um dos poucos países no mundo, avançado neste campo, havendo, então, o desafio de reverter, para a prática, de maneira efetiva, as prioridades e políticas-chave.

Segundo recentes estatísticas, Angola possui uma população maioritariamente jovem, 15,5 dos 25 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e estima-se que o número de crianças e jovens com menos de 18 anos possa dobrar até 2050. A este respeito, é de referir que 30% das mulheres casam ou vivem em união de facto antes dos 18 anos. Com a taxa de fertilidade a atingir a média de 5,6 filhos por mulher, Angola tem a garantia de um valor seguro, a riqueza humana. Cabe à sociedade em geral, e às comunidades em particular, preservar este potencial.

No seguimento desta ideia, é importante referir as medidas ditadas pelo Conselho Nacional da Criança da República de Angola, no V Fórum Nacional Sobre a Criança (junho

de 2011), onde adotou, no âmbito do programa “11 compromissos com a criança” no compromisso (n.º 4) EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, a ampliação da cobertura dos programas destinados à mobilização e à educação das famílias e das comunidades, nas questões relativas à proteção e ao desenvolvimento da primeira infância, no compromisso n.º 9, PROTEÇÃO SOCIAL E COMPETÊNCIAS FAMILIARES, adotar um amplo programa para reforçar a proteção social e as competências familiares relacionadas com a criança e a capacitação de, pelo menos 50% das lideranças das comunidades, com medidas vitais para os cuidados apropriados da primeira infância, incluindo a componente emocional.

Analisar as dificuldades operacionais da família e proporcionar o apoio e os recursos de que necessitam é o caminho. Seguindo esta filosofia, os poderes públicos em conjunto com os atores económicos e sociais e a sociedade civil, podem, levando a cabo ações de apoio à parentalidade, promover um futuro mais sadio e mais próspero, e uma melhoria na qualidade de vida familiar (Rodrigo, Chaves & Quintana, 2010), promovendo o *empowerment*, entendido como um processo, através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades podem assumir o controlo das suas próprias vidas - através da conjugação dos saberes, recursos e competências aos níveis individual, organizacional e comunitário (Carvalho, 2016), atendendo a que, no interesse superior da criança, os direitos dos pais deverão ser tidos em conta de maneira satisfatória, incluindo o direito a receber um apoio apropriado das autoridades públicas no exercício das funções parentais. A responsabilidade dos pais, igual e partilhada, contribui para o desenvolvimento harmonioso da personalidade da criança. Os poderes públicos têm um papel essencial no apoio às famílias em geral e aos pais em particular, sobretudo atendendo às numerosas mudanças e desafios com os quais hoje são confrontadas, e à necessidade de valorizar e melhor apoiar a parentalidade.

Considerando que o comportamento parental é moldado por múltiplas influências, incluindo as características e recursos individuais dos pais, os recursos e as características das crianças e os recursos contextuais (Belsky 1984; Simons e Johnson 1996), todos os níveis da sociedade têm um papel importante a jogar neste processo de Promoção da Parentalidade Positiva (Carvalho, 2019). A Parentalidade Positiva é um conceito integrador que permite refletir sobre o papel da família na sociedade atual e ao mesmo tempo desenvolver orientações e recomendações práticas sobre como articular os apoios, desde o âmbito das políticas públicas até às necessidades das famílias. Refere-se a um comportamento parental fundado no respeito pelos direitos da criança que visa assegurar a satisfação das necessidades básicas através da proteção dos riscos e a criação de um ambiente que promova o seu desenvolvimento harmonioso, valorize a sua individualidade e a autonomia.

Em Angola, como em outros contextos africanos, as mães transportam as suas crianças às costas e, desta forma, hipotetizamos, promovem a VINCULAÇÃO que constitui o laço que une a criança à mãe, criando uma base segura, para o seu desenvolvimento como criança e, mais tarde, a sua autonomia, como adulto, capaz de criar ligações fortes e saudáveis às pessoas e ao mundo.

Tipos de vinculação e base segura

Todas as crianças precisam de uma figura de vinculação que reconheçam como uma base segura – que proteja, ajude e conforte em situações de fome, frio, dor, aflição e que permita à criança sentir autonomia e explore o meio quando estes perigos estão afastados (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). As crianças que são criadas com figuras maternas (mães, pais ou famílias não biológicas) que fornecem uma base segura, tendem a desenvolver tipos de vinculação segura (revisão em Fuertes, 2011^a, 2019).

Enquanto as crianças do tipo seguro atingem cerca de 60% nas amostras típicas ocidentais, o grupo das crianças classificadas como *inseguras-evitantes* (ou **Tipo A**), constitui cerca de 20% dessas amostras (Ainsworth et al., 1978). Os comportamentos predominantes são o evitamento da proximidade e do contacto, não se verificando respostas à chegada da mãe (ou quando surgem são dadas com considerável atraso). A generalidade das crianças com este padrão de resposta aceita a presença da Estranha. Em oposição, o grupo das *inseguras-resistentes/ambivalentes* (ou **Tipo C**) revelam, ao longo de toda a sessão, preocupação em manter a proximidade com a mãe. Porém, no seu regresso, reagem com assinalável resistência ou com demonstrações de irritação.

Quando o perigo é grande a qualidade da vinculação pode ser um importante fator de risco para o desenvolvimento e bem-estar da criança!

Main e Solomon (1986) concluíram que as crianças que não se “encaixavam” na tipologia A, B e C apresentavam uma postura “*desorganizada*” ou “*desorientada*”. Segundo estes autores, os comportamentos da criança não seriam congruentes com o contexto interactivo imediato e nem teriam por base uma estratégia coerente de vinculação. As reacções infantis combinavam uma mistura de reacções contraditórias, de medo e de confusão na presença da figura materna. A explicação encontrada por Main e Hesse (1990) para o surgimento de um padrão de comportamento confuso e não estruturado reside na perturbação da resposta dos prestadores de cuidados. Segundo estes autores, os pais que respondem ao

alarme ou à ansiedade da criança com um comportamento “assustado” ou “assustador” aumentam a probabilidade da emergência do padrão D. As mães consideradas *assustadoras* potencializam o receio da criança porque elas próprias são uma fonte de abuso físico ou psicológico. Quanto às mães *assustadas*, procurariam a proteção dos filhos numa inversão de papéis que viola as expectativas da criança e que evita que a criança receba a proteção que precisa (revisão em Fuertes, 2011).

Culturas e Relação mãe-filho

A investigação tem identificado a vinculação segura como uma fonte de proteção e fonte de resiliência para o desenvolvimento socioemocional e para a aprendizagem (Thompson, 2008). Contudo, a sua prevalência difere entre países e culturas (van IJzendoorn, & Sagi-Schwartz, 2008). Nos países asiáticos e em Israel verifica-se uma maior prevalência de vinculação resistente (centrada na dificuldade de autonomia e de resolução emocional) e nos países da Europa do norte maior prevalência de vinculação evitante (centrada no distanciamento físico e emocional). Mais importante, os níveis de vinculação insegura e desorganizada ascendem a percentagens superiores a 80% em países com regimes totalitários, ditatoriais, em guerra, com terrorismo, muito empobrecidos e com má respostas de saúde e educação na infância (van IJzendoorn, & Sagi-Schwartz, 2008). Crittenden & Claussen (2000) propõem um modelo compreensivo destas diferenças, referindo que as formas de vinculação são adaptações contextuais. Todas as formas de vinculação, nesta perspetiva, são adaptativas e funcionais à luz de um determinado contexto. Deste modo, por exemplo, para os nórdicos europeus, historicamente com condições ambientais e climatéricas mais inóspitas, é precisamente uma forma de vinculação estruturante de uma personalidade mais autónoma, resiliente, orientada para organização e para a tarefa que lhes permite adaptarem-se com sucesso reprodutivo à sua realidade. Contudo, em cenários de crime e guerra pode ser necessários desenvolver comportamentos defensivos hiperviolentos. Sobretudo, a investigação tem indicado que estes contextos de elevado risco são promotores de elevada perturbação mental e psicossomática, geradores de doenças mentais e depressão crónica. A única forma de responder a estes processos, é melhor as condições de vida e de educação dos pais, permitindo organizadas, novas e mais seguras formas de vida – novos contextos para a criação dos seus filhos.

Relação mãe-filho(a) e Toque físico

O contacto corporal e contacto físico têm sido associado à qualidade da vinculação.

Ferber, Feldman e Makhoul (2008) analisaram a quantidade de toque de estimulação, afetivo e instrumental materno durante atividades de rotina diária (e.g., mudanças de fraldas, alimentação), ao longo do primeiro de vida da criança. Os resultados indicaram que a quantidade do toque não era um fator determinante na relação na mãe-filho(a). Porém, a qualidade das experiências proporcionadas nas atividades com toque era determinante dessa qualidade, nomeadamente pela reciprocidade desencadeada e pelo envolvimento emocional proporcionado. Ora, aqui alguma investigação começa a indicar que a quantidade de toque (contacto físico) não é por si um indicador, exceto nas díades com mães com o diagnóstico de depressão ou outras alterações somáticas (e.g., Herrera, Reissland, & Shepherd, 2004).

A relação entre a proximidade física e a qualidade da vinculação foi estudada em díades em que os bebés eram transportados junto ao corpo (slings) e em díades que transportaram os bebés por meios auxiliares (e.g., carrinhos, berços). Os resultados foram muito evidentes, 83% das crianças transportadas junto ao corpo apresentaram uma relação segura face a 39% do grupo de controlo. Aos três meses de vida do bebé, nas díades com transporte corporal, as mães apresentaram comportamentos mais contingentes e recíprocos (Anisfeld, Cusper Nozyce, & Cunningham, 1990). Num estudo com pais que usavam os dois tipos de transporte, verificou-se que os pais e os bebés vocalizam mais e com mais sincronia quando os bebés são transportados em marsupiais em oposição aos carrinhos (Mireault, Rainville, & Laughlin, 2018).

Em Portugal, a pesquisa Carina Santa Bárbara, coordenada por Marina Fuertes e Olívia Carvalho (No prelo) procurou comparar a qualidade de vinculação em dois grupos de bebés: i) bebés transportados junto ao corpo das suas mães e ii) em bebés sem este tipo de transporte (preferencialmente transportados fora de casa em carrinhos ou outros meios auxiliares de transporte). Para o efeito, seleccionámos uma amostra de 20 díades mãe-filho/a cujos bebés, entre os 6 e os 36 meses, foram transportados junto ao corpo da mãe no primeiro ano de vida e 20 díades em que as mães não tinham forma preferencial de transporte dos seus bebés. A qualidade da interação mãe-filho foi observada em interações livres do quotidiano através das escalas *CARE-Index* e *MINDS* (Santa Bárbara, 2018) Curiosamente, os resultados indicam que comparativamente aos bebés transportados junto ao corpo da mãe, o grupo de comparação (bebés transportados por meios auxiliares diferenciados). De um modo geral, os nossos resultados indicam que o contacto físico por si só, não é suficiente para promover boas interações mãe-filho(a), é necessário que as díades apresentem reciprocidade, qualidade afetiva e de jogo (Feber et al., 2008). Ora, aqui levantamos a questão se as mães portuguesas conseguem, como noutras culturas, adicionar a experiência de transporte corporal com a

atenção e resposta às solicitações dos bebés. De facto, quando comparamos expressão facial, expressão vocal, afetividade, reciprocidade, contingência e atividade lúdica nos dois grupos de estudos, verificamos que as mães do nosso estudo que transportam corporalmente os seus filhos apresentam piores indicadores na reciprocidade e contingência. Ora, o nosso estudo levanta uma nova questão de estudo: será que estas mães já apresentavam problemas de interação com os filhos e a opção pelo *babywearing* foi uma tentativa de reparação face a um dia inteiro de distância por razões profissionais? Ou não tendo a experiência culturalmente transmitida do uso do pano, será que as mães portuguesas usaram corretamente o *babywearing* ou ainda que o fizeram por uma questão de moda e não pela experiência materna em si?

BIBLIOGRAFIA

- Ainsworth, M. D., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment- A psychological study of the Strange Situation*. New Jersey, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates.
- Assembleia Nacional de Angola (2010). Constituição da República de Angola. Angola
- Assembleia Nacional de Angola (2012). Lei 25/12 Lei Sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança. Angola. Retirado de: <http://www.governo.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=511>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83-96. doi.org/10.2307/1129836
- Bowlby, J. (1969/1982). *Attachment and loss* (Vol. I). London: Penguin Book.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives, *Developmental Psychology*, 22 (6), 723-742. doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In R.M. Lerner (Ed.), *Theoretical models of human development* (5 ed., pp. 993-1028). (Handbook of Child Psychology; Vol. 1). New York: Wiley.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: emerging theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, 115-125. doi.org/10.1111/1467-9507.00114
- Carvalho, O. (2016). Crescer saudavelmente em Angola. Porto. Livpsi
- Carvalho, O. (2019). Identidade, cultura e educação, A visão de uma portuguesa, com um coração Mwangolé. *Revista Sol Nascente*, 15| (pp. 4-6).

- Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-22). New York, NY, US: Guilford Press.
- Ferber, S. G., Feldman, R., & Makhoul, I. R. (2008). The development of maternal touch across the first year of life. *Early Human Development*, 84(6), 363-370. doi:10.1016/j.earlhumdev.2007.09.019.
- Fuertes, M. (2011a). Histórias de vida: da investigação à intervenção precoce. Educação: *Da Investigação às práticas*, 1 (1), 89-109. doi.org/10.25757/invep.v1i1.56
- Fuertes, M. (2011b). Estudo exploratório sobre a classificação da vinculação atípica: desorganização ou adaptação? *Psychologica*, 52, 349-370. doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_17
- Fuertes, M. (2019). Intervenção Precoce na Infância – práticas suportadas na evidência. In F. Veiga (org.) *Psicologia da Educação: Temas de Aprofundamento Científico*. Coimbra: Almedina (pp. 587-581).
- Herrera, E., Reissland, N. & Shepherd, J. (2004). Maternal touch and maternal child-directed speech: effects of depressed mood in the postnatal period. *Journal of affective disorders*, 81 (1), 29-39. Doi: 10.1016/j.jad.2003.07.001
- Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. B. Brazelton & M. W. Yogman (Eds.), *Affective development in infancy* (pp. 95-124). Westport, CT, US: Ablex Publishing.
- Main, M., & Hesse, E. (1990). Parents' unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on mental health and development. Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 161-182). Chicago, IL, US: University of Chicago Press.
- Rodrigo, M., Chaves, M., & Quintana, J. (2010). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo de la parentalidade positiva*. Madrid: Federación Española de Municipios y Provincias.
- Santa Bárbara, C (2018). *Relação mãe-filho(a) em bebés transportados junto ao corpo das mães* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/9372>
- Santa Bárbara, C., Fuertes, M., Carvalho, O. (2019, no prelo). *Relação mãe-filho(a) em bebés*

- transportados junto ao peito e em bebés transportados em carrinhos. *PSICOLOGIA*.
- Sameroff, A. & Fiese, B. (2000). Transactional regulation and early intervention. In J.P. Shankoff, & S. J. Meisels (Eds). *Handbook as early childhood intervention* (pp. 135-159). Cambridge: Cambridge University Press.
- Thompson, R. A. (2008). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 330-348). New York, NY, US: Guilford Press.
- UNICEF - Angola (2015). *As Crianças em Angola. Avanços e Desafios*. Retirado de: <https://www.unicef.org/angola/criancas-em-angola>
- van IJzendoorn, M. H., & Sagi-Schwartz, A. (2008). Cross-cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 880-905). New York, NY, US: Guilford Press.